

CONTRATO DE FORNECIMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INACIOLÂNDIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9356/2024

CONTRATO NÚMERO 014/2024-FMS

Contrato para Aquisição de materiais e equipamentos permanentes para as Unidades Básicas de Saúde, referente a proposta nº 11474.0360001/22-003 proveniente do plano de trabalho do Conselho Municipal de Saúde de Inaciolândia - GO, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Inaciolândia-GO e RCA FERRAGENS PRODUTOS E SERVICOS LTDA.

DOS CONTRATANTES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INACIOLÂNDIA, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 11.474.036/0001-23, com sede na Rua Alvino Silveira de Oliveira nº 93-A, Bairro Dinomar Ribeiro, neste ato, representado pela sua Gestora a Sra. **BARBARA ARANTES QUEIROZ DIAS**, brasileira, inscrita no CPF: 757.820.061-53, residente e domiciliado na Rua Waldomiro Félix, nº 104 - Dinomar Ribeiro, na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **RCA FERRAGENS PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida sito à Av. Frei Confalone Nº634 Qd.111 Lt.32 – Conjunto Vera Cruz II, na cidade de Aparecida de Goiânia-GO, inscrita no CNPJ sob o nº 28.348.587/0001-43, nesse ato representada pela representante legal da empresa a Sra. **TAYANNY STEFANY NEVES PAIXÃO DE ANDRADE**, brasileira, residente e domiciliado na Rua Irmã Dina Lousa Qd.15 Lt.27 Casa 2 – Jardim São José, cidade de Goiânia-GO, inscrito na Cédula de Identidade RG sob o nº 5536143 e no CPF nº 038.057.251-67, tem justo o presente contrato para Aquisição de materiais e equipamentos permanentes para as unidades básicas de saúde, referente a proposta nº 11474.0360001/22-003 do Ministério da Saúde proveniente do plano de trabalho do conselho municipal de saúde de Inaciolândia – GO, tudo de acordo com o anexo I do edital e com os ditames da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que seguem.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento de contrato para Aquisição de materiais e equipamentos permanentes para as unidades básicas de saúde, referente a proposta nº

11474.0360001/22-003 do Ministério da Saúde proveniente do plano de trabalho do conselho municipal de saúde de Inaciolândia - GO, tudo de acordo com o anexo I do edital e com os ditames da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, alterada pelas leis subsequentes, conforme **Pregão Eletrônico nº 037/2024-FMS**.

Cláusula Primeira	Do Objeto
-------------------	-----------

1.1. A **CONTRATADA** se compromete a fornecer de forma eficiente, conforme necessidade da **CONTRATANTE**, obedecendo às especificações constantes do Anexo I do Processo Administrativo nº 9356/2024, supramencionado e proposta apresentada (que faz parte integrante deste contrato), os seguintes itens homologados no ao qual a presente empresa recebeu a adjudicação do seguinte item abaixo:

Quantitativo geral					
Item	Objeto	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total - Item
3	Mocho	Mocho; com sistema de elevação do assento a gás e encosto anatômico regulável, proporcionando maior ergonomia ao profissional, base com 5 rodízios.	2	R\$ 369,99	R\$ 739,98
7	Cadeira Executiva Giratória	Cadeira executiva giratória; peso suportado (kg): mínimo 110, estofado: espuma injetada / Corino preto, mecanismo: regulagem de altura, cor: preto, material do revestimento: Corino (courvim) preto costurado, material da base: pistão à gás / aranha metálica / plataforma, composição: assento e encosto / base giratória com regulagem de altura - material da estrutura: chapa de aço dobradas com pintura eletrostática / capa plástica.	12	R\$ 312,00	R\$ 3.744,00
VALOR TOTAL:				R\$ 4.483,98	

CLÁUSULA SEGUNDA	Do Regime de Fornecimento
------------------	---------------------------

2.1. Os itens discriminados na cláusula anterior deverão ser entregues no fundo municipal de saúde da cidade de Inaciolândia e no endereço indicado no termo de referência, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, de acordo com os quesitos estabelecidos no edital e termo de referência, em local indicado na proposta de preços pela **CONTRATANTE**, através da requisição ou determinação feita à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE** de acordo com a necessidade da secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA	Da Vistoria
-------------------	-------------

3.1. A **CONTRATANTE** procederá à vistoria do item entregues da **CONTRATADA** por meio de servidor designado, verificando cada descrição do edital e termo de referência, devendo este notificar, caso constantes alguma irregularidade para em sendo o caso,



imputação das sanções estipuladas no edital e termo de referência.

CLÁUSULA QUARTA	Do Valor do Contrato
-----------------	----------------------

4.1. O valor do presente contrato perfaz o importe de **R\$ 4.483,98 (quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos)**, referente aos valores e quantitativos levantados, ofertados, adjudicados e homologados no Processo Administrativo nº 9356/2024 e discriminados na Clausula Primeira.

CLÁUSULA QUINTA	Do Pagamento
-----------------	--------------

5.1. O pagamento do valor estabelecido na cláusula anterior será efetuado sob o acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde e atesto na requisição de fornecimento do item, em até, no máximo em 30 dias da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou Fatura.

CLÁUSULA SEXTA	Dos Recursos Financeiros
----------------	--------------------------

6.1. A despesa advinda da execução deste Contrato de Fornecimento será financiada com recurso proveniente da seguinte dotação orçamentária, do vigente orçamento:

Dotação:

5.1.10.122.2052.2050 – 4.4.90.52.00.42 – Fonte 121;

5.1.10.122.2052.2050 – 4.4.90.52.00.35 – Fonte 121;

5.1.10.122.2052.2050 – 4.4.90.52.00.08 – Fonte 121

CLÁUSULA SÉTIMA	Da Vigência
-----------------	-------------

7.1. A vigência das obrigações com o contratado terá início a contar da data de sua assinatura do contrato de fornecimento e encerrando-se **31 de dezembro de 2024**, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos do Art. 106 e 107 da Lei Federal 14.133/21, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA	Da Alteração do Contrato
-----------------	--------------------------

8.1. O presente contrato poderá ser alterado:

8.1.1. Unilateralmente, pelo Município, quando: “for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)”.

8.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

8.1.2.1. For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;

8.1.2.2. For necessária a modificação do regime de entrega;

8.1.2.3. For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;

8.1.2.4. Por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA	Das Sanções
---------------	-------------



9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a vencedora ficará sujeita às seguintes sanções a juízo da Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, ultrapassado a data de fornecimento do item;

9.1.3. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante em função da natureza e da gravidade da falta cometida, sendo:

9.1.3.1. Por 06(seis) meses - quando a contratada incidir em atraso da execução que lhe tenham sido adjudicados, através de licitação, ou recusar, injustificadamente, assinar o contrato ou recusar a cumprir com a proposta apresentada no processo licitatório.

9.1.3.2. Por 01(um) ano - quando a contratada fornecer item(s)/produto(s) de qualidade inferior ou diferente das especificações contidas no contrato.

9.1.3.3. Por até 02(dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à Contratante.

9.2. A multa de que trata o item 9.1.2, não exime a reparação de danos, nem impede a aplicação de outras sanções legais previstas.

9.3. As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da Contratada, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 10 (dez) dias.

9.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Contratante, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade, bem como, por desacato a servidor da Contratante.

9.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

9.6. Sem prejuízo das sanções previstas decorrentes de processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos de improbidade administrativa previstas na Lei 14.133/21.

9.7. Caso o vencedor da licitação, obtendo a adjudicação e a homologação, vindo assim a assinar o respectivo contrato, o mesmo deverá entregar junto com o envelope de habilitação, Termo de Aquiescência de Penalidade - Multa por Fornecimento de Produtos Fora do Prazo (Anexo XIII), assumindo assim a responsabilização de fornecimento dos produtos aqui licitados dentro do prazo descrito no item 18.1, sob pena de multa de 10% do valor da requisição/solicitação feita pela administração pública, além das demais sanções acima descritas.

9.8. Após 3 (três) notificações, a empresa licitante, bem como seus sócios e representante (haja vista a camuflagem de sócios) serão declarados inidôneos para contratar com o poder público até o limite máximo da lei, vindo a ser informado ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

9.9. Demais itens descritos no termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA	EXTINÇÃO DO CONTRATO
-----------------	----------------------

10.1. Pela não entrega dos produtos contratados, o Município assegura para si o direito de rescisão nos termos do CAPÍTULO VIII da Lei nº 14.133/21, garantindo o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito, especialmente nas seguintes circunstâncias:

10.1.1. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais especificações, projetos ou



prazos.

10.1.2. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos.

10.1.3. O atraso injustificado no fornecimento do item.

10.1.4. Houver subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e a expressa anuência do Município.

10.1.5. O desatendimento às determinações regulares da fiscalização.

10.1.6. A decretação de falência da Contratante, ou a instauração de insolvência civil ou dissolução da Sociedade.

10.1.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou de estrutura da Contratada, que prejudique a fornecimento do item.

10.2. A rescisão, conforme o caso, poderá ser administrativa ou judicial nos termos da legislação pertinente, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

10.3. Os casos de rescisão previstos nos itens 24.1, acarretarão as consequências previstas na Lei Federal 14.133/21, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

10.4. O futuro contrato poderá ainda, ser rescindido de forma unilateral, atendido a conveniência da Administração, tendo a vencedora o direito de receber o valor do item entregues, constante dos requisitos, sem nenhum direito a indenização ou multas.

10.4. O futuro contrato poderá ainda, ser rescindido de forma unilateral, atendido a conveniência ou necessidade da Administração, sem nenhum direito a indenização ou multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA	Da Multa
---------------------------------	-----------------

11.1. A parte que der causa à rescisão deste contrato, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou inadimplência, incorrerá na multa de acordo com cada grau de responsabilidade, de acordo como edital e termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA	Das Obrigações
--------------------------------	-----------------------

12.1. O presente contrato fica vinculado às seguintes obrigações:

12.1.1. Das obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1.1. Efetuar através do órgão próprio, controle e fiscalização do item;

12.1.1.2. Efetuar o pagamento na forma e condições contratadas;

12.1.2. Das obrigações da CONTRATADA:

12.1.2.1. Realizar o fornecimento do item na forma da proposta aqui contratada, observado fielmente a qualidade, o quantitativo, o valor e as descrições obrigatórias para o fornecimento do item contratados;

12.1.2.2. Apresentar a fatura da nota fiscal preenchida de forma correta e em valores correspondentes à requisição, em tempo de serem processadas;

12.1.3. Demais condições estabelecidas no edital de licitação, no Capítulo XXI, XXII e Termo de Referência ao qual este contrato encontra-se inteiramente vinculado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA	Das Questões Diversas
---------------------------------	------------------------------

13.1. O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei 14.133/21 e suas posteriores modificações;

13.2. A contratada reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Processo Administrativo nº 9356/2024.



13.3. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.4. A Contratada se obriga a realizar a fornecimento objeto deste contratado na forma da proposta aqui contratada, observando fielmente o qualitativo e descrições do termo de referência ao qual o presente contrato encontra-se fielmente vinculado;

13.5. A Contratada se obriga a ter a pronta entrega o objeto aqui licitado e contratado;

13.6. A Contratada se obriga a apresentar a fatura preenchida de forma correta e em valores correspondentes ao licitado e contratado, em tempo de serem processadas;

13.7. A Contratada se obriga a atender de imediato a requisição e em nenhuma hipótese atrasar o fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA	Dos Casos Omissos
-------------------------------	--------------------------

14.1. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA	Do Foro
-------------------------------	----------------

15.1. Elegem-se o foro da comarca de Quirinópolis-GO para dirimir eventuais querelas emergentes deste contrato.

15.2. Aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos e demais dispositivos da Lei 14.133/21.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

INACIOLÂNDIA-GO, 30 de setembro de 2024.

BARBARA ARANTES
QUEIROZ
DIAS:75782006153

Assinado de forma digital
por BARBARA ARANTES
QUEIROZ DIAS:75782006153

RCA FERRAGENS
PRODUTOS E SERVICOS
LTDA:28348587000143

Assinado de forma digital por RCA
FERRAGENS PRODUTOS E
SERVICOS LTDA:28348587000143
Dados: 2024.10.04 15:37:23 -03'00'

F.M.S. – Fundo Municipal de Saúde
BARBARA ARANTES QUEIROZ DIAS
Gestora do F.M.S.
Contratante

**RCA FERRAGENS PRODUTOS E
SERVICOS LTDA**
CNPJ n.º 28.348.587/0001-43
Contratado

Testemunha :

1º:

Salio Teodoro

2º:

Mayly G. Silva de Moura

CPF:

702.070.062-64

CPF:

042.663.982-23